



Uma oportunidade histórica



ESTUDO «POBREZA EM PORTUGAL - TRAJETOS E QUOTIDIANOS»

Pobreza é tradicional



CNIS ORGANIZA CICLO DE WEBINARS A 19 E 20 DE MAIO

“A vida e os direitos das Pessoas com Deficiência”



CASES

Vieira da Silva recebe Prémio António Sérgio'20 - Honra e Carreira

UM ANO DE PANDEMIA NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

IPSS açorianas responderam com profissionalismo e humanismo
Instituições madeirenses deram resposta comprometida e assertiva

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Uma promissora Cimeira Social da União Europeia

Em novembro de 2017, em Gotemburgo, na Suécia, foi aprovado um documento da mais alta relevância para a coesão social da União Europeia: O Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Foram definidos 20 Princípios, todos eles muito importantes e realistas face à situação da Europa que tinha saído de uma crise económica e financeira muito problemática e nas suas consequências e respostas com efeitos muito desiguais. Foram notórios os diferenciados critérios de solidariedade o que fez com que, como aconteceu com os portugueses, tivéssemos de viver, uma meia dúzia de anos, com dificuldades muito sérias de subsistência digna. Nos diálogos que tive a oportunidade de estabelecer com a Troika, sempre me impressionou a insensibilidade do representante do Banco Central Europeu, comparativamente com alguma compreensão do delegado do FMI.

Há 3 anos, foi, por isso, muito oportuna e revitalizadora da esperança coletiva a aprovação de duas dezenas de princípios que apontam para uma Europa mais justa, com acesso mais fácil ao mercado de trabalho, com sistemas de proteção social mais dignificantes, com reais níveis de acesso à igualdade de oportunidades, com a garantia de cuidados de saúde universais, sem distinções de ordem socioeconómica, com a garantia de condições de trabalho que não destruam o tecido familiar nem façam distinções de género nas retribuições e no acesso a determinadas profissões e lugares de chefia, bem como na motivação para a necessidade de formação permanente, não só para o crescimento cultural das pessoas, mas com possibilidades de adaptação a novas profissões.

A Cimeira Social a realizar na cidade do Porto, terá dois momentos. O primeiro (dia 7 de maio) constará de uma grande Conferência de Alto Nível, na qual participarão chefes de Estado e de Governo da UE, as instituições da UE, os parceiros sociais e outras partes interessadas em participar numa Cimeira Social. Este primeiro dia estará centrado nas principais preocupações que devem ser vertidas para o próximo plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais que será apresentado nas próximas semanas para análise e votação à Comissão Europeia. No dia seguinte, o encontro é destinado apenas aos chefes de Estado e de Governo. Na Conferência o que vai estar em reflexão serão os desafios ligados às alterações climáticas e as implicações desta nova era relacionada com a transição digital, como formas de garantir a igualdade de oportunidades para todos. A palavra de ordem é a que, nos últimos tempos, mais se tem ouvido, ou seja, a preocupação de “não deixar ninguém para trás”.

O objetivo é que a concretização do plano faça com que 15 milhões de cidadãos da EU se libertem da pobreza e deixem de ser vítimas da

exclusão social; se consiga que, até 2030, 78% da população da EU tenha trabalho e, no mínimo, 60% dos trabalhadores (confesso que preferia não restringir apenas aos trabalhadores) participem em ações de formação; se reduza, de forma altamente significativa, o número de pessoas em situação de sem-abrigo, que deambulam pelas ruas da EU.

Sou um otimista. Se assim não fosse, há muito que teria “baixado os braços”. Nunca aconteceu, e tudo farei para que jamais aconteça. Por isso, procuro ser um otimista realista. É que, estamos já calcificados com os inúmeros planos, estratégias, ações que nunca chegam a bom termo. Planeamentos desajustados às realidades concretas de cada situação, descoordenação das medidas a implementar, eficiências desacreditadas por processos burocráticos monstruosos e inúteis, como por desvios financeiros para fortalecimento, muitas vezes, de interesses contrários à eficácia dos objetivos que se pretendem alcançar, são outra das causas contrárias à eficácia pretendida.

Esta é uma Cimeira muito mais exigente. A Europa está a enfrentar uma crise económica-financeira-social cuja dimensão ainda não se conhece bem. Mas pelo que já se vai constatando, terá consequências gravíssimas, com impactos na vida das pessoas geradores de muito sofrimento.

É verdade que a causa mais próxima para se ter chegado aqui tem a ver com os complexíssimos efeitos de uma pandemia inesperada, mas não podemos ignorar que, antes dela acontecer, os problemas que se pretendem resolver já existiam, resultantes do crescimento das desigualdades sociais geradas por um modelo económico “financeirista” e menos centrado nos bons princípios da economia.

O primeiro desafio desta Cimeira é começar a dar sinais concretos e sérios para que não seja roubada a esperança de melhores dias e, enquanto eles não chegarem, de que ninguém irá ficar privado de condições de vida dignas.

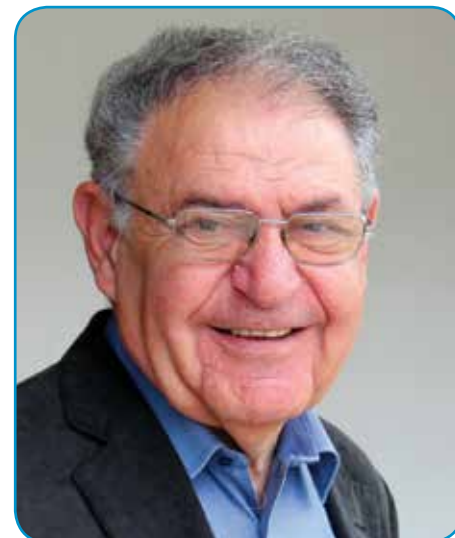
O plano de ação que vier a surgir tem, antes de mais, que contar com a vontade política e solidária de todos os responsáveis políticos dos 27 países. Essa vontade, para ser credível, deve assentar em diálogos geradores de consensos no que é essencial, para que os objetivos sejam alcançados. A definição de políticas públicas inclusivas, sustentáveis e forte na sua capacidade de resiliência são fundamentais. Mas a exequibilidade destas políticas só será possível na medida em que a sua aplicação tiver capacidade de se adaptar a cada circunstância. Neste campo, a conjugação entre o poder central e local e a união estreita com os parceiros, tenham eles a natureza e dimensão que tiverem, é incontornável. Caso contrário, correr-se-á o risco destes planos servirem para “atirar dinheiro para cima dos problemas”, mas não terem qualquer eficácia estrutural.

Para que isso seja evitável, há que criar comissões nacionais de acompanhamento da evolução, ou não, das metas a alcançar. Estas comissões devem contar com a participação de instituições oficiais, empresarias, sindicais e IPSSS.

Desejo que a presidência confiada, neste semestre, a Portugal seja muito promissora e reveladora do regresso aos valores que estiveram na origem desta grande família política e económica. Estou confiante nisso.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Pilar Europeu dos Direitos Sociais

No âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, a 7 de maio, no Porto, decorrerá a Conferência de Alto Nível da Cimeira Social. A Conferência constituirá uma ocasião para os Chefes de Estado e de Governo, as instituições e organismos da UE, parceiros sociais, sociedade civil e organizações internacionais discutirem como revigorar o nosso Modelo Social Europeu, tornar os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais uma realidade na vida dos nossos cidadãos e definir o nosso caminho até 2030.

Proclamado na Cimeira Social de Gotemburgo, em novembro de 2017, os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais constituem o quadro de orientação para a construção de uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades:

1. Todas as pessoas têm direito a uma educação, uma formação e uma aprendizagem ao longo da vida inclusivas e de qualidade.

2. A igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens deve ser assegurada e promovida em todos os domínios.

3. Independentemente do género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e de oportunidades.

4. Todas as pessoas têm o direito de beneficiar, em tempo útil, de uma assistência adaptada para melhorar as suas perspetivas de trabalho por conta de outrem ou por conta própria.

5. Independentemente do tipo e da duração da relação de trabalho, os trabalhadores têm direito a um tratamento justo e equitativo em matéria de condições de trabalho, acesso à proteção social e formação.

6. Os trabalhadores têm direito a um salário justo que lhes garanta um nível de vida decente.

7. No início da relação de trabalho, os trabalhadores têm o direito de ser informados por escrito sobre os seus direitos e obrigações decorrentes da relação de trabalho, nomeadamente durante o período experimental.

8. Os parceiros sociais devem ser consultados sobre a conceção e a execução das políticas económicas, sociais e de emprego, em conformidade com as práticas nacionais.

9. Os trabalhadores com filhos e familiares dependentes têm o direito a beneficiar de licenças adequadas, de regimes de trabalho flexíveis e aceder a serviços de acolhimento.

10. Os trabalhadores têm direito a um elevado nível de proteção da sua saúde e de segurança no trabalho.

11. As crianças têm direito a serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade.

12. Independentemente do tipo e da duração da sua relação de trabalho, os trabalhadores por conta de outrem e, em condições comparáveis, os trabalhadores por conta própria, têm direito a uma proteção social adequada.

13. Os desempregados têm direito a um apoio de ativação adequado por parte dos serviços públicos de emprego para (re)integrar o mercado de trabalho, bem como a subsídios de desemprego adequadas, durante um período razoável, em função das suas contribuições e dos critérios de concessão nacionais.

14. Qualquer pessoa que não disponha de recursos suficientes tem direito a prestações de rendimento mínimo adequadas que lhes garantam um nível de vida digno em todas as fases da vida, bem como ao acesso eficaz a bens e serviços de apoio.

15. Os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria reformados têm direito a uma pensão, proporcional às suas contribuições, que lhes garanta um rendimento adequado.

16. Todas as pessoas têm direito a aceder, em tempo útil, a cuidados de saúde de qualidade preventivos e curativos a preços comportáveis.

17. As pessoas com deficiência têm direito a um apoio ao rendimento que lhes garanta uma vida digna, a serviços que lhes permitam participar no mercado de trabalho e na sociedade e a um ambiente de trabalho adaptado às suas necessidades.

18. Todas as pessoas têm direito a cuidados de longa duração de qualidade e a preços comportáveis, em especial serviços de cuidados ao domicílio e serviços de proximidade.

19. Deve ser garantido às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de qualidade.

20. Todas as pessoas têm o direito a aceder a serviços essenciais de qualidade, designadamente água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais.

Em Portugal, o Sector Social e Solidário é um importante pilar do Estado Social e de implementação dos direitos sociais, que, cooperando com o Estado na proteção social, em muito contribui para uma comunidade social mais forte, mais justa, mais inclusiva e mais plena de oportunidades.

O Sector é o conjunto das associações, cooperativas, fundações e mutualidades de solidariedade social, casas do povo, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa e misericórdias. São Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com respostas para acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, com cantinas sociais, casas abrigo e centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, de atividades de tempos livres e de capacitação para a inclusão, comunitários e protocolares), com creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (de infância, de juventude, de pessoas idosas ou com deficiências), com serviços de apoio domiciliário e com outros serviços de proteção social e de apoio à comunidade.

A Cimeira Social poderá ser um fórum de reconhecimento da importância do Sector, da Cooperação e da especificidade do Modelo social português...

VIEIRA DA SILVA DISTINGUIDO COM O PRÉMIO ANTÓNIO SÉRGIO 2020 - HONRA E CARREIRA

Esperam-se passos seguros da Europa na evolução da Economia Social

O Teatro-Cine de Torres Vedras recebeu, no passado dia 28 de abril, a nona edição dos Prémios Cooperação e Solidariedade António Sérgio, relativos ao ano de 2020.

O destaque da cerimónia vai para a distinção atribuída a José António Vieira da Silva, antigo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Economia, que recebeu o Prémio António Sérgio 2020 - Honra e Carreira.

As primeiras palavras do galardoado foram para agradecer a distinção: “É uma honra ter sido nomeado por todas as instituições da Economia Social para receber este prémio que decidiram atribuir”.

Vieira da Silva lembrou “a figura de enorme grandeza do século XX” que foi António Sérgio, “que viveu em tempos de obscurantismo”. No entanto, “como democrata que era, não chegou a viver a experiência democrática”, mas, segundo o ex-governante, o seu exemplo “serve de alerta contra a indiferença”.

Depois, Vieira da Silva sublinhou que a União Europeia necessita de um “verdadeiro plano de ação para a Economia Social”, com instrumentos de apoio financeiro que ajudem a consolidar o sector e no âmbito do qual não seja discriminado no acesso às políticas públicas.

“Esperam-se passos seguros da União Europeia na evolução da Economia Social”, asseverou, apontando, de seguida, os “quatro desafios” que a Europa tem pela frente e que terá que dar resposta: “a crise climática e ambiental; a evolução digital, tendo que mostrar capacidade de responder harmoniosamente, procurando saber qual o lugar do ser humano num mundo de máquinas; o desafio demográfico; e a emergência de riscos políticos com que a Europa não se defrontava há décadas”.

A terminar, José Vieira da Silva lembrou que “toda a economia deve ser social, mas nem toda a economia é social”, sublinhando que “é necessário afirmar a Economia Social na Europa, o que será uma luta de valores”.

Ainda na sessão de abertura, o secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, frisou que, com este prémio, “é todo o sector que expressa uma palavra de gratidão e de justíssimo reconhecimento” a Vieira da Silva, “alguém comprometido com a causa pública” e que dedicou mais de 20 anos “à linha da frente da Economia Social”.

Por isso, “todo o sector lhe presta homenagem e reconhece o seu empenho, o legado humanista e de defensor de um Estado Social forte”.

Também o presidente da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Eduardo Graça, sublinhou, já na sessão de encerramento, que Vieira da Silva “tem contribuído para iluminar os caminhos deste sector pela sua reflexão e ação política”.



Numa cerimónia, naturalmente, condicionada pela pandemia foram ainda atribuídos os prémios das demais categorias, com destaque para a distinção atribuída ao Espaço t - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária, grande vencedor da Categoria Inovação e Sustentabilidade, com o projeto «Palcos Para a Inclusão».

O projeto vencedor do Espaço t, fruto da parceria com os investidores sociais Câmara Municipal do Porto/Domus Social e SONAE/Fundação Belmiro de Azevedo, leva aos bairros sociais do Porto, Trofa e Maia, durante três anos, 300 atividades realizadas pelos utentes do Espaço t (duas a três vezes por semana a cada bairro).

«Palcos Para a Inclusão» leva o trabalho que é desenvolvido pelos alunos do Espaço t, ao nível da expressão artística, a crianças e jovens em risco de exclusão. Desenvolver e melhorar o acesso à cultura e ao lazer nos bairros sociais do Porto, Maia e Trofa, aumentando dessa forma a qualidade de vida dos que neles vivem e o bem-estar social, é o grande objetivo do projeto.

Os alunos do Espaço t são na grande maioria, indivíduos com problemáticas biopsicossociais. Os espetáculos nos bairros são o culminar do seu processo de afirmação pessoal,

pois esta afirmação é transferida para a sociedade, permitindo uma ligação à comunidade e um bem-estar emocional pelo entendimento de serem úteis e capazes para a sociedade, pela partilha de momentos de alegria e também por vezes de ansiedade, que culmina numa sólida perceção do ser, aumentando a sua autoestima.

Nesta categoria receberam ainda menções honrosas a CAID - Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, pela sua Bolsa de Serviços, em concreto o serviço «Jardin'ART», e o Movimento de Defesa da Vida, pelo «Projecto Família».

Diana Andreia Santos Queirós venceu na categoria de Estudos e Investigação, enquanto a vencedora da categoria Estudos e Investigação na Lusofonia recaiu sobre Deborah Nicchio Sathler.

O Agrupamento de Escolas Caldas de Vizela venceu a categoria Trabalhos de Âmbito Escolar, com o projeto «Lápis Solidário» e na categoria de Trabalhos Jornalísticos, a vencedora foi a jornalista da SIC Catarina Marques.

OprémioHonraàCapacidadeEmpreendedora foi atribuído a Frederico Cruzeiro Costa, presidente da SEAcop, e a Salvador Mendes de Almeida, presidente da Associação Salvador.

FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

Renovada a Certificação Europeia de Qualidade de Excelência até 2024

A Fundação AFID Diferença, obteve mais uma vez, a Certificação Europeia de Qualidade de Excelência dos Serviços Sociais prestados, para o período de 9 de abril de 2021 a 9 de abril de 2024.

A Certificação de Excelência abrange todas as respostas sociais da Fundação AFID que são o CAO (Centro de Atividades Ocupacionais); Lar Residencial; SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas),

Creches e Pré-Escolar e ainda os serviços de Formação Profissional para pessoas com deficiência ou défice cognitivo e CMFR (Centro de Medicina Física e de Reabilitação).

A Fundação esteve durante vários meses em preparação para esta certificação e o presidente Domingos Rosa afirma que “esta certificação resultou de um processo desafiante, num período muito exigente e complicado da instituição e que

só foi possível mercê do esforço de uma equipa técnica inigualável, empenhada, dedicada e que tem amor à camisola.”

Depois de conquistar pela segunda vez esta certificação de nível «Excellence», Domingos Rosa afirma estar convicto que o empenho e alcance desta certificação “criará mais oportunidades para melhorar os Sistema de Gestão da Qualidade implementado”.

FUNDAÇÃO ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, MIRANDA DO CORVO

Instituição já apoiou o nascimento de 36 crianças com mais de 19 mil euros

Fundação ADFP continua a incentivar colaboradores a terem filhos atribuindo-lhes prémios de natalidade. Este prémio, “para além do valor monetário, é uma manifestação de carinho e estímulo às mulheres trabalhadoras”, segundo o presidente Jaime Ramos, que acrescenta: “As colaboradoras da Fundação sabem que a entidade empregadora não só não as pune por ficarem grávidas como ainda lhes concedem um prémio significativo”.

Ana Rita Dias, responsável pelo Gabinete de Inserção Profissional Inclusivo, irá receber

aquele que será o 36º prémio de natalidade atribuído pela Fundação ADFP, correspondente ao nascimento do seu terceiro filho.

Estes prémios de natalidade são atribuídos aos funcionários que sejam pais, servindo também como medida de incentivo ao comércio local, de Miranda do Corvo, sendo que os pais devem apresentar comprovativos de compras destinadas aos filhos realizadas no comércio local.

Os prémios de natalidade, implementados na Fundação ADFP desde 2011, já atribuíram um valor total de mais de 19.000 euros com

esta 36.ª criança.

Foram ainda implementadas medidas, que vigoram desde 2015, de apoio aos colaboradores, mães e pais: o direito de optarem por horário parcial para apoio à família, desde que tenham filhos menores de 16 anos, e no caso de filhos com deficiência grave este direito pode ser prolongado até à maioridade.

A Fundação ADFP é uma das instituições que mais emprego tem criado na Comunidade Intermunicipal de Coimbra, sendo aquela que mais investe na integração de pessoas com deficiência e doença mental.

educabiz®

CRECHES INFANTÁRIOS CATL

www.educabiz.com

A PRIMEIRA ESCOLHA EM PORTUGAL PARA AS VALÊNCIAS DA INFÂNCIA

500 INSTITUIÇÕES, 3000 EDUCADORES E 50.000 FAMÍLIAS JÁ UTILIZAM



A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para o sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para o Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

- ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR
- ATUALIZAÇÕES INCLuíDAS
- SUPORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS
- ACESSO WEB OU APP PARA ANDROID OU IOS
- CONFORMIDADE COM RGPD
- REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Marque uma apresentação: 222 400 196 ou info@educabiz.com



UM ANO DE PANDEMIA NAS IPSS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Instituições tiveram um comportamento exemplar, responsabilidade e competência



A especificidade da Região Autónoma dos Açores, com nove ilhas e apenas três hospitais manteve os responsáveis das IPSS insulares sempre muito atentos e interventivos para que a Covid-19 não fizesse mais estragos do que os que acabou por fazer.

“Como é do conhecimento geral, andámos todos no início a tentar perceber como é que podíamos executar o nosso trabalho nas IPSS, tendo como objetivo correr o menor risco possível para proteger aqueles de quem cuidamos diariamente”, afirma João Canedo, presidente da URIPSSA – União Regional das IPSS dos Açores, com quem o SOLIDARIEDADE conversou via e-mail.

“Foi importante termos tido, desde o início, informações privilegiadas da CNIS, que muito nos ajudaram a podermos ter uma melhor perceção dos riscos e como os evitar, dentro do possível”, acrescentou.

SOLIDARIEDADE - Que balanço é possível fazer de um ano de pandemia nas IPSS do Arquipélago?

JOÃO CANEDO - Posso afirmar que todas as IPSS dos Açores tiveram um comportamento exemplar no combate à Covid-19, através de um trabalho responsável e competente. Desde o início que tivemos o auxílio do Governo Regional, que sempre prestou o seu apoio às IPSS, mesmo quando estas estiveram fechadas, efetuando o pagamento integral do valor padrão nas várias valências, o que nos ajudou muito na nossa sustentabilidade.

A situação geográfica e o facto de serem ilhas favoreceu a luta contra a pandemia?

Pois sendo nós nove ilhas e cada uma com as suas especificidades, isto é, algumas ilhas possuem um maior número de instituições e de utentes, enquanto outras possuem menos instituições, a nossa preocupação constante prendeu-se com o facto de existirem somente três ilhas com hospitais, pelo que era e é importante termos todas as medidas de proteção ao nosso dispor para evitar haver contágios. Tivemos também sempre a informação e apoio do Governo Regional dos Açores, através da equipa da Secretaria Regional da Solidariedade Social, que nos acompanhou e apoiou.

Qual o momento mais difícil que as IPSS do Arquipélago viveram neste período?

O momento mais premente e mais difícil foi quando tivemos uma ERPI/Misericórdia infetada com Covid-19, que infelizmente levou à morte de vários idosos. Este foi o momento mais preocupante e difícil.

Como caracteriza a resposta das IPSS do Arquipélago no combate à pandemia e na proteção dos utentes?

Como disse, foi de um trabalho responsável, profissional e muito humano. A maioria dos trabalhadores não olharam para as suas categorias profissionais e fizeram tudo o que

era necessário para o bem-estar dos utentes.

Qual o ponto da situação do processo de vacinação de utentes e trabalhadores?

O Governo Regional, através da Vice-Presidência começou o processo de vacinação pelas ERPI. Iniciámos a vacinação a 31 de dezembro de 2020 em duas ilhas em simultâneo e hoje temos todos os utentes e funcionários vacinados. O processo decorreu muito bem e foi exemplar.

E a testagem tem sido efectiva para salvaguardar qualquer surto?

A testagem dos funcionários das ERPI e lares residenciais tem sido efetuada desde junho de 2020, e mensalmente, e este ano passou a ser quinzenal até ao mês de março, estando agora a ser novamente mensal, mesmo após o processo da vacinação estar concluído.

A situação no Continente, que em 2021 tem sido muito diferente da do Arquipélago, gerou preocupação e levou a algum reforço de medidas?

Claro que sim, as notícias que nos chegavam do Continente, nomeadamente o número de mortes e contaminações em ERPI, eram uma fonte de apreensão e preocupação e ao longo deste ano sempre fomos solidários com os nossos colegas das IPSS e seus utentes. É claro que mantivemos sempre uma maior apreensão e cuidados nas nossas IPSS.

Como olham as IPSS para o futuro próximo, quando sabemos que muita gente perdeu rendimentos e quando se perspectivam tempos difíceis a chegar?

Como tenho sempre o meu lado otimista e acho que as IPSS, ao longo dos anos, se têm reinventado notoriamente, com trabalho, inovação e solidariedade, faz-me acreditar que vamos ficar mais fortes, trabalhando no sentido de sermos sustentáveis e podermos apoiar a nossa comunidade. A nossa comunidade e o poder político instalado atualmente começaram a reconhecer o nosso trabalho, imprescindível, com outros olhos. Por esta razão, acredito que vamos todos ultrapassar as dificuldades presentes e continuar a promover um trabalho de apoio com qualidade à nossa comunidade.

Acho que está na altura da Autoridade de Saúde Regional rever as medidas atuais de confinamento às IPSS nos Açores. Os nossos idosos estão confinados há mais de um ano com medidas muito rígidas, o que lhes tem provocado vários tipos de problemas, desde cognitivos a emocionais, bem como sociais, nomeadamente no contacto com as famílias. Acho que é tempo de reavaliar estas medidas e possivelmente alargá-las.

UM ANO DE PANDEMIA NAS IPSS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Impactos nefastos mas as instituições revelaram grande capacidade de resposta



Na Região Autónoma da Madeira “o combate à pandemia foi uma resposta comprometida, solidária, adequada, atenta e assertiva, em prol sempre do melhor para os utentes e famílias”, sublinha Maria do Céu Carreira, presidente em exercício da União das IPSS da Madeira, que destaca ainda os “impactos nefastos” da Covid-19 nas instituições madeirenses, mas também o facto de as IPSS terem sido “capazes de ir encontrando as respostas necessárias, num quotidiano difícil, farto de perplexidades e repleto de inquietações”.

Por e-mail, a líder da UIPSS Madeira respondeu às questões do SOLIDARIEDADE, lembrando que ainda há muitas respostas sociais que estão encerradas no arquipélago.

SOLIDARIEDADE - Que balanço é possível fazer de um ano de pandemia nas IPSS do Arquipélago?

MARIA DO CÉU CARREIRA - Em termos globais, o balanço de mais de um ano de pandemia, nas IPSS da Região Autónoma da Madeira, pode ser encarado de duas maneiras: uma negativa e outra positiva. Negativa, porque a pandemia e os seus impactos nefastos a vários níveis – saúde, económico, social, emocional, entre outros – deixaram um rasto de incertezas, desamparo, luto, medos e perdas. As situações e sequelas geradas levarão tempo a superar, sendo que algumas, infelizmente, já não terão retorno. Há ainda impactos, para os quais é prematuro perceber, no tempo que corre, a sua real dimensão. Positiva, no sentido em que as IPSS foram capazes de ir encontrando as respostas necessárias, num quotidiano difícil, farto de perplexidades e repleto de inquietações. As

instituições – dirigentes, trabalhadores, utentes, famílias – souberam alterar e reajustar as suas dinâmicas de funcionamento, tendo sempre em mente as melhores respostas, no contexto desafiador que a todos congregava. A responsabilidade social, o sentido do outro – no âmbito da proximidade possível às pessoas e comunidades – e ainda a divulgação e o cumprimento, atento e permanente, das medidas de prevenção, contenção e mitigação dos riscos associados à Covid-19, em conformidade com as orientações das entidades competentes – nacionais e regionais – são igualmente fatores relevantes a ter em conta, no balanço possível no tempo que vivemos.

A situação geográfica e o facto de serem ilhas favoreceu a luta contra a pandemia?

O contexto geográfico e, a par, as medidas que foram sendo implementadas, foram globalmente favoráveis à luta contra a pandemia.

Qual o momento mais difícil que as IPSS do Arquipélago viveram neste período?

Se para muitas IPSS foram os primeiros meses de pandemia, tendo em conta as dúvidas, a insegurança, o espanto, a escassez de materiais e equipamentos de proteção, as notícias e informações em catadupa, para outras os constrangimentos financeiros, por exemplo, foram o mais difícil nos meses iniciais de 2021. O surgimento de casos positivos de Covid-19 representaram, naturalmente, para algumas instituições, tempos muito complexos e perturbadores. Importa ainda referir que as respostas sociais que nunca encerraram, tiveram momentos e níveis de dificuldade quotidiana, cuja

permanência e intensidade foi diferente das ocorridas nas respostas sociais que estiveram encerradas durante meses e que ainda estão encerradas (infantários, centros de dia e centros de convívio, nomeadamente).

Como caracteriza a resposta das IPSS do Arquipélago no combate à pandemia e na proteção dos utentes?

A resposta das IPSS da Região Autónoma da Madeira no combate à

pandemia foi uma resposta comprometida, solidária, adequada, atenta e assertiva, em prol sempre do melhor para os utentes e famílias. O reconhecimento e a consciência da necessidade de uma aprendizagem contínua intensiva, perante tantos e perturbadores desafios, foi também uma das características integrantes das respostas das IPSS da Madeira e do Porto Santo.

Qual o ponto da situação do processo de vacinação de utentes e trabalhadores?

O ponto de situação do processo de vacinação é positivo e continua, em termos gerais, a um ritmo razoável, tendo em conta as expetativas criadas.

E a testagem tem sido efetiva para salvar guardar qualquer surto?

Sim, sem dúvida.

A situação no Continente, que em 2021 tem sido muito diferente da do Arquipélago, gerou preocupação e levou a algum reforço de medidas?

Sim, a atenção e acompanhamento da situação no Continente, levou a que fossem consideradas medidas próprias, nomeadamente, nas ERPI (ao nível das visitas de familiares) e nos infantários (encerramento na 1ª semana de janeiro de 2021 e testagem dos trabalhadores docentes e não docentes).

Como olham as IPSS para o futuro próximo, quando sabemos que muita gente perdeu rendimentos e quando se perspetivam tempos difíceis a chegar?

O futuro próximo é olhado pelas IPSS, por um lado, com alguma apreensão e, por outro, com esperança. À realidade, dura bastas vezes, impõe-se juntar a confiança, a resiliência e a ação necessárias às soluções que, em cooperação e solidariedade, terão de fazer caminho no sentido da coesão e do bem comum. Espera-se ainda que no futuro próximo se ‘alcance’ a imunidade de grupo e que se consolidem algumas boas práticas que o tempo de pandemia fez emergir, sem prejuízo de continuarmos atentos aos sinais que estes tempos difíceis, tão violenta e intempestivamente, têm revelado. Há muita resposta que só será encontrada ou, ‘melhor encontrada’, se mais atentos às vozes e às vidas das pessoas que cruzam o nosso quotidiano e das IPSS.

CIMEIRA SOCIAL, 7 E 8 DE MAIO, NO PORTO

Pilar Social Europeu entre o quase tudo, o pouco e o quase nada

A CNIS, por intermédio do seu presidente, Lino Maia, vai estar presente na Conferência de Alto Nível da Cimeira Social do Porto, com participação no terceiro painel “Bem-estar e proteção social”.

A Cimeira Social, ponto de relevo da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, decorre na cidade do Porto a 7 e 8 de maio. Para executar o designado Pilar Social Europeu os Estados-membros são convocados a aprovar um conjunto de medidas. Vai estar em debate o Plano de Ação, apresentado pela Comissão Europeia há dois meses, que prevê uma série de iniciativas e estabelece três metas principais a atingir até 2030 ao nível europeu: taxa de emprego de pelo menos 78% na União Europeia; pelo menos 60% dos adultos devem participar, anualmente, em formação; redução do número de pessoas em risco de exclusão social ou de pobreza em pelo menos 15 milhões de pessoas, entre as quais 5 milhões de crianças.

Na Cimeira Social do Porto, a presidência portuguesa quer ver aprovado um programa com medidas concretas baseadas no Pilar Social Europeu, um texto não vinculativo de 20 princípios com o intuito de promover os direitos sociais na Europa, proclamado na anterior cimeira social europeia, celebrada em novembro de 2017 em Gotemburgo, Suécia.

O texto defende um funcionamento mais justo e eficaz dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social, nomeadamente ao nível da igualdade de oportunidades, acesso ao mercado de trabalho, proteção social, cuidados de saúde, aprendizagem ao longo da vida, equilíbrio entre vida profissional e familiar e igualdade salarial entre homens e mulheres.

Em relação à taxa de emprego, está previsto que a UE atinja uma taxa média (dos 20 aos 64 anos) de 78% até 2030, um reforço face à anterior meta de 75% estipulada para 2020 e que não foi atingida devido à crise gerada pela covid-19. Em 2019, a taxa de emprego na UE fixou-se em 73,1% e no ano passado essa média caiu para 72,4%. Em 2019, 17 Estados-membros da UE tinham atingido ou mesmo excedido a meta de 75% de taxa de emprego, entre os quais Portugal que chegou a uma taxa de emprego de 75,4% em 2018 e de 76,1% em 2019, mas, devido à pandemia, a taxa baixou em 2020 para 74,7%.

O plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apresentado pelo executivo comunitário e que estará em foco nesta Cimeira Social, prevê ainda que pelo menos 60% dos trabalhadores da UE recebam formação uma vez por ano, incluindo em competências digitais, e que se consiga tirar da pobreza ou da exclusão social pelo menos 15 milhões de pessoas, cinco milhões das quais crianças.



A Cimeira Social vai ter dois eventos principais: No dia 7 a Conferência de Alto Nível que tem lugar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto e no dia 8, a Reunião Informal de Chefes de Estado e de Governo marcada para o Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota.

A Cimeira Social do Porto pretende reforçar o compromisso dos Estados-membros, das instituições europeias, dos parceiros sociais e da sociedade civil com a aplicação do plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Esta é segunda vez, em quatro presidências portuguesas do Conselho da UE, que a Europa Social está em destaque, depois de, em 2000, ter sido adotada a Estratégia de Lisboa, um compromisso de renovação económica, social e ambiental para uma Europa da inovação e do conhecimento.

Portugal exerce até 30 de junho a presidência do Conselho da UE, seguindo-se a Eslovénia.

VAMOS COM CALMA...

Como uma espécie de balde de água fria, onze Estados-membros elaboraram um documento conjunto de contributo para a Cimeira Social do Porto no qual sublinham que políticas sociais e de emprego são de competência nacional e advertem que qualquer iniciativa europeia deve respeitar esse princípio.

O documento informal elaborado em conjunto por Áustria, Bulgária, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Irlanda, Letónia, Lituânia, Malta, Holanda e Suécia, que visa ser “um contributo para a declaração da Cimeira” considera que este evento - uma prioridade da presidência

portuguesa do Conselho da UE - “surge num momento oportuno”, no contexto da crise da covid-19, mas adverte desde já contra a adoção de medidas que violem os princípios da subsidiariedade e divisão de competências.

Saudando a proposta de um plano de ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais - apresentada recentemente pela Comissão e que deverá ser adotado pelos líderes europeus no Porto -, que classificam como “um contributo bem-vindo para as discussões na Cimeira Social”, os 11 países admitem que o Pilar Social e os seus princípios “serve como uma bússola para políticas sociais e de mercado de trabalho eficazes e promovem o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-membros”, para logo de seguida enfatizarem que só deve constituir mesmo uma orientação estratégica.

“A implementação efetiva do Pilar Social depende em grande medida da ação dos Estados-membros, que detêm a responsabilidade principal pelas políticas sociais, de emprego, educação e qualificações. Uma ação orientada a nível da UE pode complementar a ação nacional, mas - tal como sublinhado na Agenda Estratégica do Conselho Europeu e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais - qualquer ação a nível da UE deve respeitar plenamente a divisão de competências da União, dos seus Estados-Membros e dos parceiros sociais”, advertem.

Os 11 Estados-membros sustentam que “qualquer iniciativa da UE nestas áreas deve estar em conformidade com os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade e necessita

de uma cuidadosa consideração dos diferentes pontos de partida nacionais, dos desafios e das estruturas institucionais”, admitindo apenas que “a definição de grandes objetivos a nível da UE possa ajudar a orientar os debates, políticas e reformas nacionais”.

SALÁRIO MÍNIMO E OS SEM-ABRIGO

A definição de um salário mínimo europeu justo e digno é um dos elementos da negociação do Plano de Ação para implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que Portugal quer ver aprovado durante a sua presidência da UE, apesar das divergências entre os 27.

No texto do Pilar Social é feita uma referência à remuneração, defendendo que «os trabalhadores têm direito a um salário justo que lhes garanta um nível de vida decente».

Em outubro passado, a Comissão Europeia apresentou uma proposta legislativa sobre os salários mínimos europeus, mas admitiu dificuldades nas negociações no Conselho.

Por essa razão, a instituição assegurou não querer impor valores aos países, mas antes indicadores para garantir uma qualidade de vida decente aos trabalhadores.

Os tratados reconhecem a competência de cada Estado-membro na fixação de salários, mas a Comissão recorreu a uma interpretação flexível que integra o salário nas condições de trabalho.

Atualmente, 21 Estados-membros têm um salário mínimo definido por lei, enquanto nos restantes seis - Áustria, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Itália e Suécia -- tal só existe através de negociação coletiva.

São sobretudo estes seis países que se opõem ao conceito, mas contra a proposta estão também associações patronais, que argumentam que a diretiva pode vir a pôr em causa a viabilidade das empresas europeias, já fortemente afetadas pela crise da covid-19.

Bruxelas já afastou completamente a ideia de um salário mínimo igual em todos os 27. Dados divulgados pelo Eurostat revelam que, no início deste ano, o salário mínimo bruto na UE variava entre os 332 euros na Bulgária e os 2.202 euros no Luxemburgo, com Portugal em 10.º lugar (776 euros).

Em relação à estratégia dos sem-abrigo, o comissário europeu dos Direitos Sociais diz estar “cauteloso” sobre a meta da União Europeia (UE), não se comprometendo a tirar todos das ruas até 2030, mas antes a “reduzir fortemente” o número.

“Eu diria que estou cauteloso com a meta de ter zero sem-abrigo até 2030.” E adianta ainda Nicolas Schmit: “Se eu tivesse uma lista de desejos, colocaria lá o de acabar com a pobreza até 2030”, nomeadamente dos sem-abrigo, mas “este não é um processo assim tão fácil”. A posição surge depois o Parlamento Europeu ter apelado aos Estados-membros da UE para adotarem medidas para tirar todos os sem-abrigo das ruas até 2030, cujo número aumentou 70% na última década, para 700 mil.

ELISA FERREIRA

Elisa Ferreira considera que há “uma convergência enorme” entre a presidência portuguesa da UE e a Comissão Europeia relativamente às preocupações com o



“grande impacto social” da crise da covid-19, que será mais visível “quando a poeira assentar”. Em entrevista à Lusa, em Bruxelas, a comissária europeia da Coesão e Reformas destaca o pacote de emergência sem precedentes mobilizado a nível europeu desde há um ano para ajudar os Estados-membros a fazer face à crise, que “tem permitido que o impacto sobre o emprego não tenha sido tão grave como se esperava”, designadamente com os apoios às empresas para manterem os postos de trabalho.

Mas, adverte, “não se pode pensar que, uma vez a poeira assente, não vai haver um grande impacto a nível social”.

A comissária portuguesa diz ter, por isso, expectativas “muito positivas” relativamente à Cimeira Social no Porto, uma “iniciativa da presidência portuguesa que é muito bem-vinda” já que, realça, “numa pandemia com esta gravidade, não só em termos de saúde, mas também em termos económicos, é muito importante dar visibilidade política à necessidade de olharmos para as questões sociais e para o emprego”.

Segundo Elisa Ferreira, “há uma convergência enorme entre aquilo que é agenda a nível europeu e aquilo que é a iniciativa da presidência portuguesa”, também numa lógica de que a União Europeia deve aproveitar esta crise para reestruturar as suas economias, passando dos atuais “apoios de emergência” para “apoios de transição”, que ajudem a promover emprego de qualidade.

“Temos de trabalhar em conjunto e utilizar os fundos que temos não só para fazer estas políticas de emergência, mas também para prepararmos um relançamento económico que nos dê criação de emprego, mas emprego de qualidade, e o rejuvenescimento do próprio tecido produtivo, de maneira a que sobretudo o desemprego jovem seja efetivamente colmatado de forma estrutural e que os problemas sociais que estão associados, quer ao desemprego, quer ao trabalho pobre, seja ultrapassados, e para isso é preciso acrescentar valor ao trabalho das pessoas”, afirma.

A comissária responsável pela pasta da Coesão e Reformas no executivo liderado por

Ursula Von der Leyen considera que os planos de recuperação e resiliência (PRR), que atualmente os 27 Estados-membros estão a preparar em estreita cooperação com a Comissão e que lhes permitirão aceder aos fundos do plano de relançamento «NextGenerationEU», é que irão traçar o rumo a seguir.

“Todos os planos de relançamento que neste momento estão a ser montados vão-nos levar precisamente a reestruturar a nossa economia de uma forma mais robusta, mais verde, mais digital, mais tecnológica e, portanto, neste sentido, não poderia haver um momento mais oportuno para se refletir sobre como fazer e como utilizar os meios que temos à nossa disposição do que este que estamos a viver”, argumenta.

Elisa Ferreira salienta que, dentro de algumas orientações, cabe aos países definirem as suas prioridades e o caminho a seguir, pelo que, “desta vez não há a queixa de que a Comissão Europeia está a impor” as suas políticas, uma vez que Bruxelas está sobretudo a perguntar aos Estados-membros “onde querem estar daqui a 10 anos”.

A comissária admite que não é fácil cumprir o slogan europeu, muito usado durante a atual crise, de «não deixar ninguém para trás», mas insiste que é necessário que a próxima fase da resposta à crise tenha também o “enquadramento de solidariedade” presente na resposta de emergência, e daí a importância da Cimeira Social e da adoção de um plano de ação para a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Elisa Ferreira salienta duas questões a serem discutidas na Cimeira Social e que julga merecerem “uma importância especial”: a proposta de salários mínimos adequados em toda a União e uma atenção muito especial às crianças.

Relativamente à proposta da Comissão, também neste caso fortemente apoiada pela presidência portuguesa, de um salário mínimo adequado na UE, a comissária observa que “alguns estarão surpreendidos que, no meio de uma crise destas, a Comissão Europeia venha tratar este assunto”, mas considera “muito importante” que a Europa adote “regras para constituição de um salário mínimo decente para os trabalhadores”. A esse propósito, lembra o recente estudo promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos - “Pobreza em Portugal - Trajetos e Quotidianos” - que revela que um quinto da população portuguesa é pobre e a maior parte das pessoas em situação de pobreza trabalha, a maioria com vínculos laborais sem termo.

Para a comissária europeia, além de garantir salários decentes para os trabalhadores, a UE deve também prestar particular atenção às crianças, apontando que, em 2019, ainda antes da crise provocada pela pandemia, já havia na Europa cerca de 18 milhões de crianças em famílias que estavam abaixo do limiar de pobreza.

“Com a pandemia, este valor vai necessariamente agravar-se, e quando as crianças são sujeitas à violência da pobreza isso afeta-as durante toda a sua vida [...] Enfim, há aqui uma preocupação enorme se não quisermos que este problema que estamos a viver conjuntamente se transforme num problema estrutural que vai afetar toda uma geração”, alerta.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA

Uso prolongado da internet potencia crimes sexuais

O uso prolongado da internet, tanto no ensino à distância como para falar com os amigos, deixou as crianças e jovens mais expostos a crimes sexuais online e a agressores que aproveitaram a menor supervisão parental, denunciou a APAV.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou o seu mais recente relatório sobre a Rede CARE - Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, que mostra que entre 2016 e 2020 a organização apoiou 1.599 crianças e que o número de menores ajudados passou de 195 casos para 432.

Quase 1.600 crianças alvo de violência sexual foram ajudadas pela APAV nos últimos cinco anos, sobretudo raparigas entre os 08 e os 17 anos, na maior parte vítimas de abuso sexual.

No ano de 2016 foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.

A coordenadora da rede explicou que, apesar de os crimes de natureza sexual não serem os mais reportados, continuam a ser crimes com “impacto muito significativo não só nas crianças

e jovens, mas também nas famílias”, defendendo, no entanto, que estes números demonstram uma maior consciencialização para o problema.

“Passa-se aqui também uma maior sensibilização para esta problemática e uma quebra de barreiras porque normalmente estamos a falar de uma situação de violência muito vetada ao segredo e à manutenção dentro do círculo mais restrito possível”, apontou Carla Ferreira, justificando que o aumento no número de crianças apoiadas resulta do trabalho de prevenção feito ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, apontou que o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da covid-19, e mais ligadas à internet, também pode explicar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais.

A responsável sublinhou que se trata de um fenómeno que “continua e vai continuar a acontecer”, e que, frequentemente é perpetrado por pessoas que a criança conhece, “a maior parte das vezes dentro da própria família”.

Os dados da APAV mostram que em 51% dos casos, a situação de violência sexual aconteceu dentro da família, sendo que dentro desta

percentagem estão casos em que o autor da agressão foi o pai ou a mãe (18,5%), padrasto ou madrasta (12%), avô ou avó (4,6%), tio ou tia (5,3%), irmão ou irmã (2,3%) ou outro familiar (8,2%).

Mesmo quando a agressão se passou fora do seio familiar, o que aconteceu em 40,8% dos casos que chegaram à APAV, houve 12,4% situações em que o agressor era conhecido da criança ou jovem vítimas.

O perfil feito pela APAV mostra que em 79,8% dos casos a vítima era do sexo feminino, contra 19% em que eram rapazes, sendo que em 90,5% dos casos os agressores eram homens.

Já no que diz respeito à faixa etária, houve 262 casos em que as vítimas tinham entre zero e sete anos, 450 vítimas com idade entre os 08 e os 13 anos, outras 577 com idade entre os 14 e os 17 anos, mas também 242 casos em que as vítimas tinham mais de 18 anos, além de outros 68 casos em que não foi possível apurar a idade da vítima.

Por outro lado, os dados da APAV revelam também que nestes cinco anos houve 60 casos em que o agressor tinha menos de 15 anos, a maior parte com ilícitos através da internet, mas também algumas “situações muito pontuais” de agressões sexuais físicas.

F3M SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS



✓
SOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE
que garantem a gestão e organização integrada de todas as áreas sempre em linha com as exigências legais e funcionais.



✓
APOIO AOS UTILIZADORES DO SOFTWARE
permitindo aprofundar os conhecimentos e rentabilizar as múltiplas funcionalidades e libertar mais tempo dos recursos humanos.



✓
SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA TI
de forma a otimizar a aposta tecnológica das organizações numa altura particularmente exigente.

ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Acordo com a CNIS; parceria com 18 Uniões Distritais de IPSSs; acordo com a REDEMUT e Fornecedor da UMP.

CNIS ORGANIZA CICLO DE WEBINARS A 19 E 20 DE MAIO

“A Vida e os Direitos das Pessoas com Deficiência”

A Direção da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - vai levar a cabo um ciclo de *webinars* designado “A Vida e os Direitos das Pessoas com Deficiência”, a realizar nos dias 19 e 20 de maio, onde serão abordados temas de grande relevância para as Pessoas com Deficiência e as Instituições do Setor Social e Solidário.

Maria de Lourdes Pombo, da Direção da CNIS, explica a importância desta iniciativa:

“A realização do ciclo de *webinars* “A Vida e os Direitos das Pessoas com Deficiência”, nos próximos dias 19 e 20 de maio, visa a afirmação de que todas as pessoas com deficiência são cidadãs de pleno direito, na dignidade, na igualdade de tratamento a uma vida independente, à autonomia e à plena representação e participação na sociedade, que se quer seja inclusiva. Afirmar a indispensabilidade da existência de políticas inclusivas. Visa igualmente contribuir para o combate à discriminação em razão da deficiência, ao estigma e preconceito.

Uma saudação, e desde já uma palavra de agradecimento, aos que vêm partilhar conosco o seu saber, experiência e responsabilidade em prole da vida e dos direitos das pessoas com deficiência em domínios como a intervenção precoce e a educação inclusiva, a formação profissional e a empregabilidade, a integração e a vida independente na sociedade, o maior acompanhado e a institucionalização versus não institucionalização.

Contamos com a participação de membros do Governo, dirigentes de entidades públicas e do setor solidário, investigadores e de testemunhos na 1ª pessoa.

Acreditamos que será dada, com esta iniciativa, um contributo para a vida e a concretização dos direitos das pessoas com deficiência”

No dia **19 de maio**, a reflexão incidirá sobre a **Intervenção Precoce na Infância** (Painel 1), onde se abordarão as perspetivas de ação futuras do SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, a sua transversalidade e o papel do Setor Social e Solidário na sua concretização. Ainda no mesmo dia, será debatida a **Educação Inclusiva** (Painel 2), a sua significância, a função dos Centros de Recursos para a Inclusão na inclusão das Crianças e Jovens, o papel do Setor Social e Solidário na concretização deste desígnio.

O **dia 20** será dedicado à **Formação Profissional e Empregabilidade** (Painel 3) com intervenções relativas às medidas de emprego e formação profissional para as Pessoas com Deficiência, a sua concretização e desafios futuros e o papel que as Instituições de Solidariedade Social desempenham na promoção da empregabilidade das Pessoas com Deficiência. Para concluir, o debate sobre o **Direito à vida Independente na Comunidade** (Painel 4), no qual serão refletidos temas tão diversos quanto absolutamente basilares para as pessoas com deficiência, designadamente o regime do maior acompanhado, respostas sociais para maiores de 18 anos, a não institucionalização e os



centros de apoio à vida independente.

Cada painel será moderado por um jornalista com trabalho desenvolvido ou especial interesse nas temáticas e contará com uma intervenção

de uma entidade pública com atribuições nas matérias em debate, o testemunho de uma família ou beneficiário, assim como da investigação científica e académica.



Há uma pobreza tradicional que

É dos maiores flagelos da Humanidade e em Portugal tem uma expressão que causa incómodo. Segundo o estudo «Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos», agora conhecido, cerca de 20% da população portuguesa é pobre e “a maior parte tem atividade laboral”. Como diz o coordenador do estudo, o professor da Universidade dos Açores, Fernando Diogo, em entrevista ao SOLIDARIEDADE, “a maior parte dos pobres em Portugal, maiores de 18 anos, trabalha... É um número que nos incomoda um pouco”. O estudo promovido e já publicado parcialmente em livro pela Fundação Francisco Manuel dos Santos identifica quatro perfis de pobres em Portugal – reformados, precários, desempregados e trabalhadores –, pessoas que vivem uma “pobreza tradicional”, que passa de geração em geração, e que estão permanentemente à mercê das conjunturas. “É verdade que a pobreza se faz corpo em pessoas concretas, os pobres, mas as razões que a explicam são em grande parte resultado de fatores contextuais”, sustenta o investigador.

No final de abril foram revelados novos dados sobre a pobreza em Portugal, através da apresentação do estudo «Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos», promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e coordenado por Fernando Diogo, professor da Universidade dos Açores e investigador do CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova, de Lisboa).

Segundo Fernando Diogo, o que o estudo sublinha é que “uma das principais características da pobreza em Portugal é que ela é estrutural”. E isto, “significa várias coisas, desde logo que é persistente no tempo: na vida dos indivíduos e entre gerações”, explica e acrescenta: “Por outras palavras, a pobreza em Portugal é, sobretudo, uma pobreza tradicional”.

Segundo o estudo agora conhecido, a pobreza em Portugal afeta cerca de 20% da população, uma percentagem que sofre algumas oscilações consoante a conjuntura, mas que toca, invariavelmente, a mesma faixa populacional, num fenómeno de perpetuação geracional.

Assim, o estudo permitiu representar a “diversidade da pobreza em Portugal”, para perceber “como é que a pobreza se organiza” e porque “as pessoas em situação de pobreza não são todas iguais”.

Para começar, “esta característica da pobreza [tradicional] tem inúmeras consequências, uma delas é que não se encontraram coisas radicalmente novas no estudo, em relação a estudos anteriores, isto porque a pobreza em Portugal pouco tem mudado”, refere Fernando Diogo, que ressalva: “Não obstante há coisas que nos surpreenderam, sobretudo nas entrevistas aprofundadas (e fizemos 91, espalhadas pelos quatro perfis que encontramos: reformados, precários, desempregados e trabalhadores).

Quantitativamente, o estudo apurou que daqueles quatro perfis, os reformados representam



27,5% dos pobres, os precários 26,6%, os desempregados 13% e os trabalhadores 32,9%.

E, o olhar técnico sobre estes números revela alguns dados surpreendentes.

“Uma das coisas que mais nos surpreendeu foi a importância da doença e da morte na vida destes indivíduos, especialmente dos que se concentram nos perfis dos reformados e os desempregados – estes fatores têm um peso importante para explicar porque é que alguns indivíduos entram em situação de pobreza e porque é que outros de lá não saem”, avança o professor da Universidade dos Açores, revelando ainda outro facto relevante: “Outra coisa que também nos surpreendeu foi encontrar muita gente no perfil dos trabalhadores, entre os entrevistados, que são efetivos nos seus empregos há 10 e mais anos, um ou outro há mais de 20 anos”.

Aliás, sobre a aparente contradição «ser

trabalhador e ser pobre» que o estudo põe em evidência – as primeiras interpretações referiam 59,5% dos pobres serem trabalhadores, por agregação dos precários e trabalhadores pobres –, o coordenador da investigação que faz uma análise qualitativa baseada em “91 entrevistas aprofundadas por todo o país” esclarece: “Esse é um número que tem aparecido na comunicação social, mas que não está certo. A percentagem de trabalhadores pobres em Portugal ronda os 10/11%, dependendo do ano. Os 59,5% referem-se à percentagem de pobres que se relaciona com o mercado de trabalho. Não é a mesma coisa. De qualquer forma, o que esse valor quer dizer é que a maior parte dos pobres em Portugal, maiores de 18 anos, trabalha. É um número que nos incomoda um pouco. Eu explico porquê... É que é demasiado rigoroso para o que se passa na vida dos indivíduos. Há

aprisiona 20% dos portugueses



um perfil de pobres, os precários, onde a relação com o mundo do trabalho é muito difícil. Muitos estão em atividades laborais tão fora da norma que eles próprios nos diziam que trabalhavam, mas que nunca tinham tido um emprego ou, noutros casos, quando se perguntava se trabalhavam a resposta era negativa, mas com o decorrer da entrevista vinha-se a perceber que efetivamente trabalhavam. A questão é que as atividades desenvolvidas eram tão fora da norma do emprego que nem os próprios indivíduos se consideravam trabalhadores”.

Analisando os dados, a equipa coordenada por Fernando Diogo, concluiu que, “por paradoxal que pareça, a forma mais rigorosa de lidar com este número é dizer que a maior parte dos pobres em Portugal tem atividade laboral” e, assim, “esta última afirmação já acomoda a diversidade de situações que existe no perfil dos precários e as mudanças que o dia a dia vai trazendo à vida destas pessoas”.

No entanto, isto “não foi uma grande surpresa para a equipa”, sustenta o investigador, acrescentando: “Admitimos, contudo, que quem não trabalha estas questões possa ter ficado surpreendido, afinal associa-se a pobreza a falta de trabalho e, na realidade, isso não acontece na maior parte das situações. As situações de trabalho, aliás, são variadas, mas muitos, como vimos, até são efetivos”.

Mas o estudo não abordou apenas os aspetos mais objetivos de caracterização dos indivíduos, olhando também os mais subjetivos, relacionados com as suas opiniões e o balanço que fazem da sua vida e situação.

“Nesse sentido, uma coisa que surpreendeu muita gente foi o facto de a maior parte dos entrevistados não se considerar pobre, isto independentemente dos perfis. Uma das razões que explica esse resultado, no meu entender, é o facto de estarmos perante uma pobreza tradicional, em que as pessoas têm escassez de dinheiro, mas não estão excluídas do essencial da vida da sua comunidade. É, para a maior parte dos casos, uma pobreza sem muita exclusão social”, refere, salvaguardando: “É claro que também encontramos alguns casos de exclusão social pronunciada nas entrevistas que fizemos, mas este não foi um problema referido pela grande maioria. E as pessoas foram diretamente convidadas a expor as experiências que tiveram nesse âmbito”.

Apesar do estudo se reportar à observação

dos últimos dados disponíveis do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), relativos a 2018, aliada à realização de uma análise qualitativa baseada em 91 entrevistas, o estudo avança alguns dados sobre o que se pode esperar em termos de consequências na pobreza em Portugal por efeito da pandemia de Covid-19.

Quanto aos seus efeitos, marcados por “um elevado grau de incerteza”, por depender “da intensidade e da sua duração”, o que está em causa é “um possível aumento da intensidade da pobreza” e, para os mais vulneráveis, “um (re)ingresso nessa situação”, conclui o estudo.

“A maior parte das situações de pobreza em Portugal são pobreza tradicional, porque persistente ao longo da vida dos indivíduos e porque há uma tendência forte para se reproduzir entre gerações”, reforça Fernando Diogo, acrescentando: “O que está escrito sobre a pobreza em Portugal não vai ser muito modificado pelo impacto da Covid-19. Mas prevê-se mais gente em situação de pobreza. Muitas são pessoas que saíram da pobreza e regressam à pobreza, muitas são pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, que pouco se distinguem dos pobres, a não ser por rendimentos um pouco acima do limiar de pobreza”.

E nestas situações qualquer percalço que afete a estabilidade ou a conjuntura faz estas pessoas caírem numa situação de pobreza.

Neste sentido, para Fernando Diogo, “pessoas que verdadeiramente entram pela primeira vez em situação de pobreza, apesar de tudo, continua a ser uma minoria”. Porém, “claro que existe, claro que está a aumentar agora com a crise, mas não é isso que é o cerne da pobreza em Portugal”, defende.

E é neste âmbito que surge no estudo o conceito de “vulneráveis empobrecidos”.

Fernando Diogo começa por dizer que “já em 2008 a equipa do professor Bruto da Costa tinha chamado a atenção para a questão dos vulneráveis”, passando, então, a explicar o que pretendem dizer com “vulneráveis empobrecidos”: “Neste estudo fomos um pouco mais longe. Os vulneráveis são os indivíduos e as famílias que estão um pouco acima do limiar de pobreza. Não se distinguem muito de boa parte dos pobres a não ser por rendimentos um pouco mais elevados – eventualmente a sua situação laboral é mais estável, mas não temos a certeza (os casos foram poucos, afinal a maioria dos entrevistados sempre foi pobre). O certo é que os que encontramos no nosso estudo eram pessoas que empobreceram por via de um dos três D associados aos efeitos de contexto. Por exemplo, as consequências em cascata de um divórcio, que não o é apenas do cônjuge, mas também do pequeno negócio familiar, ou um ataque cardíaco que impede o único provedor de recursos de uma família de trabalhar... Os casos são variados, mas têm todos o mesmo efeito, a pobreza. Acresce que muitos destes vulneráveis, assim empobrecidos, são pessoas



regressadas à pobreza. Pessoas que dali já tinham saído, mas que um dos três D, sempre associado ao contexto, as faz aí regressar”.

Sendo os três D da pobreza, o Desemprego (próprio ou de alguém da família), a Doença (incluindo a Morte e a Deficiência, doenças crónicas ou prolongadas no tempo) e o Divórcio (incluindo quebra de União de Facto), segundo o coordenador do estudo, “o que a ideia dos três D da pobreza traz de novo é sintetizar com eficácia aqueles que são os principais fatores que explicam a entrada e a permanência na pobreza a nível microsocial (individual)”.

No entanto, Fernando Diogo defende que não se pode levar a ideia dos três D longe de mais, “senão estamos a matá-la por excesso de sucesso!”

“É que os três D têm as suas subtilezas. Creio que a principal é a dimensão familiar da pobreza. Cada um dos três D afeta os indivíduos que entrevistámos, mas também as suas famílias. Por outro lado, estes têm obrigatoriamente que ser emparelhados com o efeito de contexto, desdobrado nas suas dimensões. E aqui as repito: organização do mercado de trabalho, apoios sociais do Estado e efeito de conjuntura. Sem esta articulação transformamos os três D numa desculpa para centrar a culpa da pobreza nos pobres e se há coisa que se percebeu neste estudo é que este efeito de contexto tem um importantíssimo papel para explicar a pobreza. É verdade que a pobreza se faz corpo em pessoas concretas, os pobres, mas as razões que a explicam são em grande parte resultado destes fatores contextuais. Se queremos combater a pobreza a nível nacional, então, temos que lidar com eles. Os três D fazem necessariamente par com os efeitos de contexto”.

O estudo «Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos» é extenso (o relatório final mais de mil e cem páginas), contendo muito mais aspetos e abordagens do que as tratadas neste texto.

Por isso, vale a pena aprofundar as suas revelações e conclusões, o que pode ser feito através de dois livros já editados, um que resume os resultados e ainda um resumo alargado (nos próximos meses sairão mais quatro livros). As publicações estão disponíveis em PDF e gratuitamente no site da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A região norte e o país

O meu artigo de hoje aborda como o Norte do País deveria ser tratado pelo poder político para bem do todo nacional.

Quando se pensa numa estratégia de desenvolvimento de um país há que ter a noção dos maiores problemas que a respetiva economia enfrenta. No caso da economia portuguesa, o maior problema é a acumulação de dívida perante o exterior, que arrasta consigo uma série de impossibilidades, nomeadamente, no muito que há a fazer em termos de investimento e, na área social, no combate às desigualdades, ao desemprego e à pobreza. Portugal tem vivido neste século com uma débil taxa de crescimento económico, ao mesmo tempo que outros países do centro e do leste da Europa estão a ultrapassar-nos. Para inverter esta situação o caminho mais recomendável consiste em optar por uma aposta muito forte na produção de bens transacionáveis. O mais decisivo potencial de crescimento da economia portuguesa é esse.

Todavia, há que ter em atenção que esse potencial de crescimento não se encontra distribuído do modo uniforme por todo o território nacional. Num País com défices crónicos na sua balança comercial, a exceção encontra-se na Região Norte que tem apresentado, de forma sustentável e persistente, nos últimos anos, excedentes nas suas contas com o exterior.

O Norte é, sem dúvida, a região do País mais aberta ao exterior e a mais industrializada. Segundo dados da Comissão Europeia, o Norte é a região portuguesa em que mais cresceu o índice geral de inovação, a que mais incorpora novas tecnologias e novos processos de produção; e, ainda, a que mais tem subido na cadeia de valor e no aumento da produtividade. Não deixa de ser impressionante constatar que no ano de 2020, apesar da pandemia, o valor das exportações do Norte apenas foi 0,5% inferior ao verificado em 2019.

Estes dados fazem parte da história recente da Região Norte e mostram a grande potencialidade que aí existe em ordem a contribuir, de modo mais rápido, para o crescimento económico do País. Aproveitar esta enorme potencialidade não pode assim ser confundido com objetivos meramente regionais ou paroquiais. Estabelecer uma clara prioridade ao



investimento em bens transacionáveis e, por essa via, canalizar mais verbas para a Região Norte tem de ser visto, nas atuais circunstâncias da situação económica do País, como um desígnio nacional.

Por outro lado, a política económica definida a nível nacional também deve contrariar tendências que se revelam negativas para a prossecução do crescimento económico, através do aumento da produção de bens transacionáveis. Nas últimas décadas, através do sistema financeiro, tem havido lugar a uma drenagem significativa das poupanças realizadas na Região Norte para outras regiões do País, nomeadamente para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Esta situação tem conduzido a que haja menos capital no Norte, enquanto o afluxo de capital drenado do Norte tende a ser aplicado em atividades que podem gerar taxas de retorno mais elevadas mas que, na sua maioria, pouco ou nada tem a ver com a produção de bens transacionáveis.

Uma política económica que encaixe no

objetivo prioritário da produção deste tipo de bens terá de contrariar esta tendência. O governo dispõe de um instrumento que o pode fazer - o Banco de Fomento - que deveria criar mecanismos que incentivem a canalização para o setor produtor de bens transacionáveis de recursos financeiros destinados de forma prioritária e urgente, por exemplo, para o aumento de capital e de fusões de empresas produtoras desse tipo de bens.

Nos programas de Estabilidade 2021/2025 e de Recuperação e Resiliência (PRR) está identificado, em matérias de contas públicas e de prioridades de investimento, o que, em conjunto, podemos designar do grande quadro de opções que irá moldar o desenvolvimento de Portugal nas próximas décadas. Nesses programas a questão, como eu a vejo e que neste texto descrevi de forma sucinta, não é abordada de forma direta. Há uma omissão sobre este ponto. Resta a esperança de que no Programa 2030 o assunto venha a ser tratado de forma adequada às verdadeiras necessidades do País.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Uma semana prodigiosa

1 - Foi acertada a resolução de antecipar para o dia 1 de Maio o desconfinamento geral da sociedade, após um tão longo período de restrições a várias das nossas liberdades – a começar pelo direito à mobilidade, que nos confere a faculdade de nos deslocarmos para onde nos apetecer, sem o risco de sermos interpelados pelas autoridades e mandados para trás pelo mesmo caminho, acompanhados do respectivo auto.

É certo que tal regresso a uma certa normalidade só foi possível porque os indicadores relativos à prevalência e aos efeitos da pandemia na vida e nas condições de saúde dos portugueses têm tido uma evolução favorável; podendo, no entanto, em qualquer altura o presente optimismo levar um novo abanão, idêntico ao sobressalto que nos sacudiu o corpo e a alma no Outono e Inverno passados.

O mundo é um só – e o estado de progressão da peste noutras geografias, acompanhado da reabertura das fronteiras, não permite distrações.

Mas, sem embargo dessas dúvidas e receios, e nem que estes dias sejam apenas uma válvula de escape transitória de toda a tensão individual e colectiva que decorreu deste aprisionamento virtual em que temos vivido, o certo é que foi de novo o cheiro e o amor da liberdade que mais marcou o 1º de Maio deste ano.

Ou, como tenho lido, tratou-se de uma comemoração, diferida em uma semana, da Revolução de Abril – que, pelo menos para as pessoas da minha geração, é a metonímia, o outro nome, da liberdade.

Um dos pontos mais significativos do discurso do Presidente da República, na Sessão Solene do Parlamento comemorativo da Revolução de Abril, foi o que assinalou o lugar de charneira entre dois mundos que a Revolução fracturou – fractura não só política, mas também cultural, que marcou a geração que atingiu o início da idade adulta e da vida social e profissional activa por essa ocasião.

É a geração do Presidente da República – e também a minha.

É a geração dos que construíram o Portugal que hoje existe.

2 – Um dos domínios em que os tempos de confinamento foram particularmente duros foi a da realização de eventos, designadamente espectáculos e festivais ao vivo, com público a assistir, como é próprio dessas funções.

Infelizmente, a realização de funerais foi o único evento que perdurou ao longo de toda a pandemia.

Para assinalar também o desconfinamento dos eventos, uma entidade promotora de espectáculos de Braga organizou duas sessões-piloto, com dois artistas – Fernando Rocha e Pedro Abrunhosa –, sessões que ocorreram há dias na referida cidade.

Como nos explicaram, tratou-se de um teste, em que todas as condições foram acertadas com as Autoridades de Saúde, como é de lei, de forma a prevenir o risco de contágio, rastreando e monitorizando os assistentes.

Mas, para além das condições que diríamos canónicas – distanciamento social, com redução da lotação do recinto, uso de máscara, desinfectação das mãos –, foi estabelecida uma nova condição, inédita.

Se o Presidente da República quisesse assistir a qualquer um desses dois espectáculos, não o deixavam entrar.

Com efeito, uma das condições de acesso era a de os assistentes terem mais de 18 anos de idade; mas menos de 65 anos.

Relativamente aos menores de 18 anos, ainda se pode vislumbrar um vestígio de explicação – trata-se de menores, e, portanto, juridicamente incapazes.

Aliás, sempre houve, e há ainda hoje, genericamente, a definição de idade mínima para espectáculos, de que o cinema constitui porventura o mais conhecido exemplo.

Tal limite tem que ver com a maturidade dos espectadores e com o conteúdo dos espectáculos.

Mas limite de idade máxima, abrangendo os mais velhos, vedando o acesso a espectáculos a partir de certa idade, nunca tinha visto; e não é fácil desvendar uma explicação que seja decente.

Trata-se de uma experiência piloto ... Quer dizer o quê?

Se a avaliação for positiva, fica consagrada a exclusão dos mais velhos?

A que propósito não posso eu assistir a um espectáculo, por ter mais de 65 anos?

Ou o Presidente da República?

Com a caução das Autoridades de Saúde, vinculadas que estão à obrigação constitucional de não-discriminação... que não respeitaram.

3 – Infelizmente, não foi a única vez que, durante ou a pretexto da pandemia, as Autoridades de Saúde, ou transigiram, ou promoveram, o “idadismo” – que é a palavra que traduz a discriminação em função da idade.

Já aqui, em crónicas anteriores, deixei bem explícitas as críticas à ideia, que chegou a circular inicialmente pelos meandros da Task Force, de deixar de fora dos critério de vacinação os mais velhos, não residentes em lares, a pretexto de não haver informação segura sobre os efeitos positivos da vacina nesse grupo etário – posição que só não vingou por ter sido justamente repudiada pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro.

Mas, não obstante a desautorização pelos dois mais altos responsáveis políticos pelo combate ao vírus, as Autoridades de Saúde parece persistirem, embora sem o dizerem, na mesma linha que lhes fora vedada pelos referidos Magistrados.

Com efeito, não obstante o novo Coordenador

da Task Force ter anunciado, quando tomou posse, a reversão das orientações precedentes, passando a priorizar a salvação das vidas, e colocando, assim, na primeira fase do programa de vacinação as pessoas mais velhas, o certo é que tal pretensão continuou a ser enviesada pela Direcção-Geral da Saúde.

Não sou só eu que o digo.

Transcrevo de Miguel de Sousa Tavares, no Expresso da semana passada: «Mas esta última batalha (a vacinação dos mais velhos) foi a mais difícil de travar e, aliás, ainda está em curso, constantemente barrada por sucessivos grupos sócio-profissionais, quase sempre ligados ao Estado e com poder de influência determinante, que conseguem interpor-se à frente dos critérios etários... O facto é que, depois de vacinar todos os médicos, mesmo os que nada tinham que ver com o combate à doença, todos os militares, polícias, bombeiros, magistrados, professores primários e do secundário, autarcas, deputados e mais um sem-número de gente “indispensável” ao funcionamento do país... assim que começou a haver aberturas para vacinar os mais velhos, o número de mortos começou a descer como que por milagre... E também me recorde que quando o processo de vacinação começou, logo em Dezembro, e a DGS sugeriu que o critério prioritário não seria a idade – e logo o de salvar vidas – António Costa veio dizer que isso estava fora de questão e que a escolha era política e não técnica... Contra a vontade da Task Force, houve sempre e continua a haver “forças exteriores” que conseguem mover-se para fazer prevalecer os seus interesses à frente do interesse geral...»

Não consigo deixar de associar a anuência – ou mesmo orientação – da DGS quanto ao tratamento discriminatório dos mais velhos no acesso aos espectáculos a uma cultura de exclusão de que estes episódios que assinalam negativamente o processo de combate à pandemia entre nós constituem uma manifestação.

E que não é diferente da que nos dão as televisões, quando, a propósito de notícias que têm os mais velhos como referência, como as relativas às pensões de aposentação ou reforma, as ilustram invariavelmente com a imagem de um grupo de velhos a jogar às cartas num banco de jardim – como metáfora de todo um grupo etário diversificado, plural e activo.

O grupo com cujas mãos, vontade e inteligência se fez o País que hoje somos!



COMPROMISSO COM UM BEM MAIOR

SOLUÇÕES CONTRA VIRUS,
BACTÉRIAS E FUNGOS

MÁSCARAS CIRÚRGICAS E SOCIAIS
COBRE SAPATOS
TOUCAS
LUVAS
DESINFEÇÃO DE EMBALAGENS
SANITIZAÇÃO DO AR



MÁSCARAS TIPO II R | PRODUÇÃO EM SALA LIMPA

**CONDIÇÕES
ESPECIAIS
PARA MEMBROS
CNIS**

RESPIRE DE ALÍVIO
Com PURIF`AIR é possível!



- ✓ ELIMINA VIRUS, BACTÉRIAS E FUNGOS
- ✓ REDUZ ODORES, PARTÍCULAS, FUMO E COVS
- ✓ ELIMINA 99% DE VIRUS TRANSMITIDOS ATRAVÉS DOS ESPIRROS
- ✓ NOVA TECNOLOGIA ELIMINA 99% DOS VIRUS NAS SUPERFÍCIES

99% EFICÁCIA NA ELIMINAÇÃO
DO CORONA VÍRUS SARS COV2



EFICÁCIA COMPROVADA

INNOVATIVE BIOANALYSIS **BRI** SGS FDA TÜV CE



INFO@BSAFESOLUTIONS.PT
WWW.BSAFESOLUTIONS.PT

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Intervenção Precoce esteve em debate no já tradicional «Tempo Família»

A Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) dinamiza, já desde 2020, encontros de cariz regular nos quais aborda temáticas de interesse para pais, cuidadores e pessoas com paralisia cerebral. No dia 24 de abril realizou-se mais um desses «Tempo Família», desta vez centrado na temática da Intervenção Precoce.

Foram quatro os convidados para o encontro online intitulado «Intervenção precoce... e depois?».

Joaquim Alvarelhão (professor e investigador que desenvolve trabalho na área da paralisia cerebral), José Patrício (professor, presidente da direção da Associação de Paralisia Cerebral de Almada-Seixal e pai de uma jovem com paralisia cerebral), Raquel Rodrigues (estudante universitária e cliente da APPC) e Sónia Moreira (advogada e também cliente da APPC) foram os convidados da videoconferência que decorreu na manhã de 24 de abril.

Abílio Cunha, presidente da direção da APPC, abriu o mais recente encontro e frisou a relevância de se abordar as questões da intervenção precoce, pois “é um tema muito apelativo e que gera, na fase inicial da vida, muitas expectativas e talvez ainda mais frustrações”.

O responsável da APPC defendeu que a aposta na qualidade de vida das pessoas com paralisia cerebral “tem que, obrigatoriamente, começar o mais cedo possível, mas sempre respondendo e integrando os objetivos pessoais de cada um dos envolvidos”.

Joaquim Alvarelhão sustentou que “depois da intervenção precoce só existe uma solução: seguir o percurso educativo e, como qualquer outra criança, ir para a escola”.

Considerando que Portugal, quando comparado com outros países, “é um bom exemplo a nível de políticas de intervenção precoce”, Joaquim Alvarelhão acrescentou que, ainda assim, “existem muitas lacunas na organização a nível de acompanhamento dos estudantes”.

Nesse sentido destacou alguns dos dados do Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral aos 5 Anos, segundo os quais cerca de 18% destas crianças não têm suporte educativo, algo que está “associado aos indicadores de complexidade, como epilepsia, deficiência motora ou sensorial grave e, ainda, o nível cognitivo”.

Para o investigador, isto “acarreta dificuldades acrescidas para a dinâmica das famílias”.

Por seu turno, a estudante universitária Raquel Rodrigues analisou precisamente a questão do percurso educativo: “Sempre me disseram que, se quisesse, era capaz... E



tenho sido, mesmo num percurso que não foi um mar de rosas e durante o qual senti discriminação e bullying”.

Sobre a postura que defende para as pessoas com deficiência ou paralisia cerebral, Raquel Rodrigues limitou-se a dizer que “transmite os valores e princípios aprendidos na APPC, ou seja, o querer, o acreditar e o fazer o que nos for possível”.

Na opinião do presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Almada-Seixal, “não há panaceias para aquilo que é a realidade”. Recordando o seu percurso enquanto pai de uma jovem com paralisia cerebral, José Patrício ironizou um pouco o passado: “Houve uma altura em que acreditava na perfeita loucura das terapias, alternativas ou não. Acreditava que tudo era possível e que, um dia, a minha filha seria como muitas outras crianças”.

No entanto, a certa altura sentiu-se confrontado com a realidade: “Tive que aceitar, enquanto pai, que a vida de qualquer um de nós é feita de sucessos e insucessos. E tive que dar autonomia à minha filha, não a protegendo excessivamente. Demorou, mas reconheci as incapacidades e aceitei que não as conseguiria recuperar”.

Daí para a frente, disse José Patrício, passaram “a encarar as potencialidades” e perante as limitações a filha passou a ser outra.

Tal como Joaquim Alvarelhão, também José Patrício defendeu que Portugal “está um

passo à frente nas políticas de inclusão”, deixando, no entanto, críticas à fase de transição entre a escolaridade obrigatória e a vida adulta que “quase obriga as pessoas com deficiência à institucionalização”.

Por fim, dirigindo-se a Abílio Cunha e Rui Coimbras, dirigentes da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, sublinhou: “Temos que arranjar mais Abílios, mais Coimbras e mais vozes para reclamar! Não só para exigirem o que se justifica em termos de pessoas com paralisia cerebral, mas principalmente para colaborarem e terem uma voz ativa”.

A última intervenção coube a Sónia Moreira, advogada e também cliente da APPC. Elogiando o encontro, Sónia Moreira começou por explicar que fez questão de se “fazer convidada” a participar.

“Achei que o meu depoimento podia ser relevante para outros pais... Para que compreendam que existem crianças e jovens que, sendo diferentes, também podem contribuir para a sociedade”, defendeu, acrescentando: “Estes passos na autodeterminação fazem parte de um caminho tortuoso. Se queremos uma mudança social também temos que assumir a nossa responsabilidade nesse processo, não esperando que sejam os outros a incluir-nos”.

Seguiu-se um momento de debate, moderado por Joana Cardoso, terapeuta ocupacional da APPC.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE

TELEF: 210 420 005 / 210 420 808

FAX: 210 420 098 / 214 249 488

E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

COVID-19

Portugal já administrou mais de 3 milhões de vacinas

Portugal ultrapassou os três milhões de vacinas contra a covid-19 administradas desde o final de 2020 e 76% dos idosos com mais de 80 anos já têm a vacinação completa, anunciou no fim do mês de abril a Direção-Geral da Saúde.

Segundo o relatório da DGS, um total de 2.225.338 pessoas já receberam a primeira dose da vacina, o que equivale a 22% da população portuguesa.

Com a vacinação completa com as duas doses estão agora cerca de 900 mil portugueses.

No total, já foram administradas 3.053.177 doses desde que se iniciou o plano de vacinação contra a covid-19, em 27 de dezembro de 2020.

Por grupos etários, destacam-se os idosos com mais de 80 anos, com 93% já vacinados com uma dose e 76% com as duas doses da vacina contra o vírus SARS-CoV-2.

Segue-se a faixa etária dos 65 aos 79 anos, na qual 53% já recebeu a primeira toma, percentagem que baixa para apenas 5% no que se refere à vacinação completa.

De acordo com a DGS, 17% das pessoas entre os 50 e os 64 anos também já foram vacinadas com uma dose, enquanto 4% já receberam as duas tomas da vacina contra a covid-19.

Por regiões, Lisboa e Vale do Tejo é onde foram administradas mais vacinas, seguindo-se o Norte, o Centro, o Alentejo, o Algarve, a Madeira e os Açores.

As pessoas com mais de 65 anos podem inscrever-se para vacinação contra a covid-19 nos Espaços Cidadão. Segundo a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, “de um momento para o outro, multiplicam-se assim por 700 os locais onde presencialmente as pessoas podem fazer essa inscrição”, referindo que estas serão provavelmente as pessoas com mais dificuldade em fazê-lo online.

A ministra disse que a medida foi concertada “em dois ou três dias” entre a task force da vacinação, a Saúde, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e as freguesias e entrou

em vigor no final do mês de abril.

Os Espaços Cidadão são pontos de atendimento que reúnem serviços de diferentes entidades num único balcão, instalados em Lojas de Cidadão e em pontos de atendimento da administração local, estando atualmente em funcionamento mais de 700 espaços.

As pessoas com mais de 65 anos podem escolher online a data e o local para serem vacinados, através do Portal do Auto-agendamento para Vacinação contra a covid-19.

No primeiro dia, mais de 50 mil pessoas agendaram a data da sua vacinação através do portal, revelou na altura o presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), Luís Goes Pinheiro.

A funcionalidade está acessível a partir do Portal da Covid-19 (covid19.min-saude.pt/pedido-de-agendamento) e permite que os utentes com mais de 65 anos, faixa etária que começou agora a ser vacinada independentemente de qualquer doença, possam escolher o ponto de vacinação em que pretendem ser vacinados.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995



- CNT** CONTABILIDADE ESNL
- IMO** IMOBILIZADO ESNL
- ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS
- LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- ORD** ORDENADOS
- GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
- ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

- UTC** UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PCM** PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CP** CONTROLO DE PRESENÇAS
- US** UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)
- ACC** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA
Rua dos Cipriões, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt




SIM, SOMOS CAPAZES, VILA NOVA DE GAIA

Quinta da Felicidade precisa de tintas e terra fértil para florescer

A Quinta da Felicidade é o novo desafio do «Sim, Somos Capazes», projeto de inclusão que acolhe jovens com deficiência em Vila Nova de Gaia, mas ainda falta “pelo menos” tinta e terra fértil.

“É um novo desafio. A quinta é para os jovens do «Sim», mas não é um gueto, é para todos”, disse o professor de educação especial Luís Baião.

Ligado à Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel e que surgiu no Agrupamento de Escolas de Canelas, o projeto Quinta da Felicidade precisa, para se concretizar em pleno, de materiais para restaurar um espaço que inclui um ringue com 5.000 metros quadrados, um campo de ténis e outro de futsal, bem como “anexos atualmente em algum mau estado”,

revelou o professor.

Tinta, pavimento para interior e exterior, azulejos, louças sanitárias, móveis de cozinha, portas, janelas, cimento, areia, terra fértil, plantas, madeira, rede, entre outros, são os alguns materiais que os responsáveis estão a tentar angariar.

“Uma empresa de Vila de Conde já deu 15 árvores de fruto, outra, que é da Maia, deu o chão. Há pais que doam tempo para trabalhar, um já meteu férias para ajudar na obra, e os jovens [com deficiência que fazem parte do «Sim»] colaboram conforme o atualmente possível [devido às medidas de contingência ligadas à Covid-19] e as suas competências”, contou Luís Baião.

A Quinta da Felicidade, que em linha reta fica a cerca de 100 metros da escola de Canelas, vai

somar-se ao espaço que o «Sim, Somos Capazes» partilha no chamado C3 (Centro Cultural de Canelas) com outras instituições como a Academia Sénior ou o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que ali ministra cursos, podendo acolher, de imediato, quatro jovens com autismo com idades dos 16 aos 20 anos.

“Será a ilha deles e onde poderão desenvolver atividades desportivas e atividades agrícolas. Não prometemos nada, não prometemos resultados, apenas muita dedicação”, sublinhou Luís Baião.

A Quinta da Felicidade serve também para dar uso diário e diurno a instalações da Associação Desportiva e Cultural de Santa Isabel, até aqui usadas sobretudo à noite e ao fim de semana.

ASSOCIAÇÃO SALVADOR

Campanha «Confinados até quando?» quer alertar consciências para problemas persistentes

A Associação Salvador lançou uma campanha de sensibilização a nível nacional com o objetivo de consciencializar para a urgência de tornar os espaços acessíveis a todos dado o “confinamento permanente” das pessoas com deficiência motora.

A campanha, denominada «Confinados até quando?», pretende chamar a atenção das entidades responsáveis e da sociedade em geral para as pessoas que vão continuar limitadas na sua mobilidade porque a maioria dos espaços permanecem inacessíveis para elas.

O presidente e fundador da Associação, Salvador Mendes de Almeida, disse acreditar que o facto de o país ter estado confinado desde janeiro vai ajudar a sensibilização para esta campanha.

“Estamos todos fechados há muito tempo e com uma enorme vontade de sair e conviver. Consideramos que a campanha vai alertar a população para a importância de resolver a situação da falta de acessibilidades, que conduz a uma enorme exclusão social, fazendo com que as pessoas com deficiência motora vivam um confinamento permanente que lhes é imposto pela sociedade”, disse à agência Lusa.

Através de uma carta fechada ao país, bem como das redes sociais a partir de dia 26, a campanha pretende promover a sensibilização para a necessidade de tornar o país mais acessível, justo e inclusivo para todos.

Salvador explicou que não há “uma rua em Portugal que não tenha nenhum obstáculo de acessibilidade” – desde passeadeiras não rebaixadas, buracos na calçada, falta de estacionamento reservado, falta de acessibilidades a edifícios públicos e privados, a muitos outros



desafios no quotidiano de pessoas com mobilidade reduzida.

“Sabemos que não é possível tornar tudo acessível de hoje para amanhã. Mas também sabemos que continuamos a ter Câmaras Municipais sem planos de acessibilidade ou com planos na gaveta, que continuamos a assistir a novas obras públicas e privadas sem acessibilidade, que continuamos a não ter fiscalização e a ter inúmeras barreiras físicas quando tentamos integrar uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho”, frisou.

O presidente da associação defendeu que “se existir uma lei eficaz, que seja fiscalizada, apenas será necessária uma correta atuação dos arquitetos, dos técnicos, das Câmaras Municipais, do Governo” e que esse deveria ser

o cenário “num país desenvolvido, em pleno século XXI”.

Por isso, apelou à urgência da revisão do Decreto-Lei 163/2006, referente à acessibilidade, porque tem, na sua opinião, “várias lacunas e inúmeras exceções (nas quais se enquadram a maioria dos espaços)”, mas também à clarificação das “normas e diretrizes”.

“Queremos que comecem a existir mudanças efetivas significativas nesta área. Não podemos continuar permanentemente à espera”, disse.

A Associação Salvador atua na área da deficiência motora e tem como missão promover a integração das pessoas com deficiência motora na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida, potenciando os seus talentos e sensibilizando para a igualdade de oportunidades.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Desesperada esperança: O que a pandemia pode trazer de bom

As pandemias são acontecimentos terríveis.

No passado, pestilências diversas deixaram marcas trágicas no percurso da humanidade.

Por exemplo, a peste de Justiniano, ocorrida durante o reinado deste imperador do oriente (século VI DC), provavelmente um surto de peste bubónica, pode ter causado a morte de 25 a 50 milhões de pessoas.

Foi por causa do declínio demográfico e económico das províncias do império do oriente que, um par de gerações depois, uma vaga de guerreiros bárbaros vindos da Arábia pôde criar o que veio a ser o império Omíada. O Islão pôde vingar sobre uma terra dizimada pela peste e exausta da luta permanente entre o império bizantino e o império persa.

A peste negra, no século XIV, terá ceifado 50 milhões de vidas, entre um terço e metade da população europeia da época.

Os germes que os europeus levaram para as Américas dizimaram a população indígena numa proporção porventura superior a qualquer outro evento pandémico registado em tempos históricos.

Mais recentemente, há cerca de cem anos, a peste espanhola pode ter causado a morte de cem milhões de pessoas. Embora o número absoluto de mortes tenha sido elevado, na proporção da população à época, a gripe espanhola teve uma dimensão relativamente pequena se comparada com os surtos do passado.

A pandemia que vamos vivendo já reclamou 3 milhões de vidas. Segundo qualquer comparação histórica trata-se de um evento que, embora aterrador nas suas consequências imediatas, é, felizmente, de proporções quantitativamente modestas.

No passado, não obstante os custos terríveis que a geração da peste sofreu, as consequências económicas de longo prazo não foram necessariamente negativas.

Por exemplo, na sequência da peste negra os salários reais subiram (havia poucos braços para trabalhar), a escassez de trabalho obrigou a um aumento da eficiência na exploração dos campos, a desigualdade social abateu (as heranças múltiplas ajudaram), e as gerações seguintes puderam recolher os benefícios de todo um reequilíbrio entre recursos e população.

Naturalmente que o covid19 não vai provocar um rebalçamento demográfico e económico comparável com a peste negra ou a peste de Justiniano – as escalas não são comparáveis.

Contudo, é provável que esta pandemia possa trazer mudanças profundas, duradouras, muitas delas positivas, nas economias deste nosso vasto mundo.

Vejo três grandes domínios nos quais podemos esperar desenvolvimentos positivos a médio prazo.

1. Integração Europeia

A resposta à crise pandémica obrigou a EU a dar passos simplesmente impensáveis no passado recente. Depois de anos a empurrar com a barriga o tema da emissão de dívida solidária, eis que a União se vai endividar em várias centenas de biliões de euros para poder prestar subsídios não reembolsáveis aos estados membros. Uma emergência produziu o que anos e anos de debate não tinham conseguido! A aquisição conjunta de vacinas para todos os estados da União, não obstante os aparentes erros de processo, é também um passo no caminho certo.

2. O novo olhar para a Política Fiscal

Felizmente que desta vez os estados não se encolheram em relação à Política Fiscal, nomeadamente na despesa pública, como tinha acontecido na crise financeira de 2008/2009.

A resposta global da Política Fiscal, em termos puramente quantitativos, já vai em cinco vezes a resposta à crise financeira.

No plano qualitativo também há novidades. A despesa pública entrou por domínios novos como, por exemplo, o apoio massivo à manutenção do emprego nas empresas.

Por outro lado, contrariamente ao que aconteceu há uma dúzia de anos não vemos ninguém em stress com os mercados de dívida. O homem do saco já não assusta ninguém.

Na Europa continuam suspensas as regras do controlo orçamental e nos Estados Unidos não há sinal que as autoridades estejam particularmente preocupadas com a dimensão do deficit. Pelo contrário, está em estudo um projeto de investimento público gigantesco que apenas em parte se prevê seja pago com aumento de impostos sobre as empresas e os mais ricos.

3. Justiça Fiscal

Sempre defendi que a saída desta crise pandémica abriria uma janela de oportunidade, porventura irremediável, para repensar globalmente os sistemas fiscais.

Defendi e defendo que a reforma fiscal deveria assentar três pilares básicos: a) – tributar mais a riqueza e reduzir a tributação sobre o rendimento; b) – maior progressividade na tributação do rendimento; c) – mínimo de harmonização internacional na tributação das multinacionais.

Alguns dos desenvolvimentos recentes foram mais longe do que eu poderia antecipar na mais otimista das minhas previsões.

O Fundo Monetário Internacional, o velho guardião da ortodoxia fiscal, acaba de propor o lançamento de um imposto sobre as fortunas, nomeadamente as que engordaram com a pandemia.

Os Estados Unidos eram o grande obstáculo à revisão dos modelos que têm permitido às multinacionais usufruir de níveis de tributação global escandalosamente baixos. A administração Biden acaba de propor um sistema que abre caminho a um acordo na OCDE sobre este tema até agora considerado intratável. É certo que ainda há muito trabalho a fazer, mas um acordo parece viável num horizonte não muito longínquo.

A capacidade das multinacionais para aproveitar a permissividade fiscal de alguns estados famintos de investimento externo, pode estar a aproximar-se do fim.

Claro que nem tudo é positivo no que podemos prever à saída da pandemia. No passado, as grandes crises (pandemias, guerras) permitiram a redução das desigualdades na distribuição da riqueza e dos rendimentos.

Na crise atual, a intervenção dos bancos centrais, ao provocar um aumento colossal dos preços dos ativos financeiros (e mesmo de alguns ativos tangíveis), tem alargado mais e mais o fosso entre ricos e pobres. Não se vê fim à vista neste processo.

Em parte, é nisto que o FMI se baseia para propor um imposto, excepcional que seja, sobre as fortunas.

Não vai ser fácil lidar com isto. Uma alteração do curso da política monetária por parte dos bancos centrais pode provocar uma correção súbita e de grande dimensão no valor dos ativos. O receio das consequências dessa correção tem mantido os bancos centrais sequestrados pelos investidores nos mercados financeiros.

Um dia vai ser necessário desatar o nó.

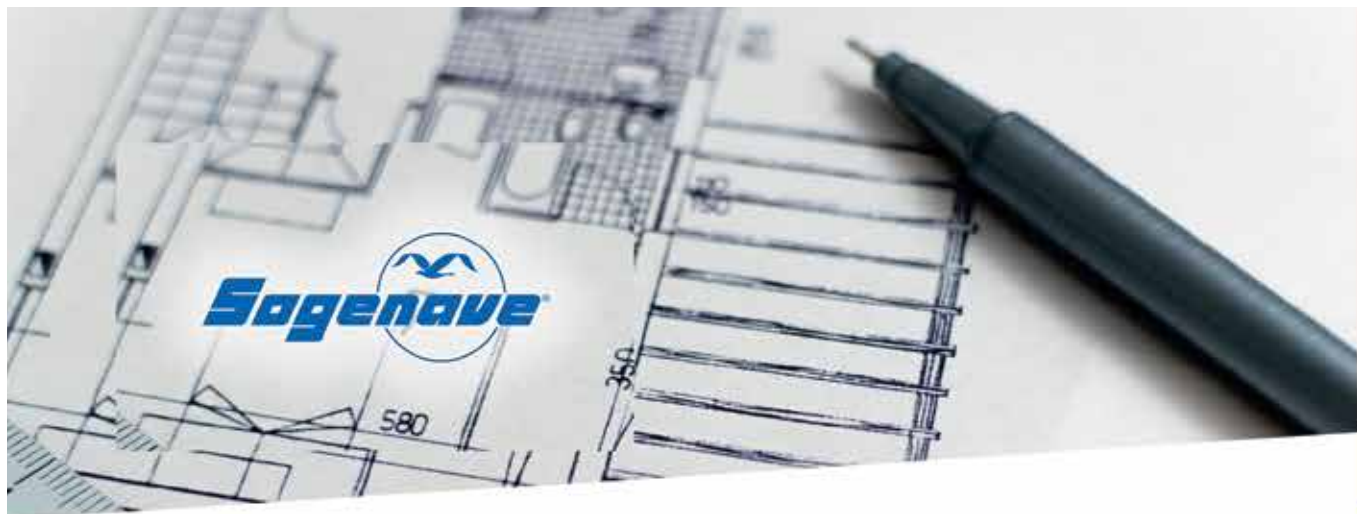
Embora seja impossível antecipar as consequências económicas de uma correção forte nos mercados financeiros, não antecipo que uma tal correção tenha de provocar necessariamente uma recessão profunda e demorada. Muito menos nada que se pareça com o crash de 1929.

Contudo, seria imprudente dizer que o risco é zero.

Como sempre, temos agora um misto de sinais positivos e de riscos. Entre o que pode correr bem e o que pode correr mal há um equilíbrio instável, no entanto, tenderia a arriscar uma ficha num balanço de riscos globalmente positivo.

Talvez o mais positivo de tudo tenha sido a queda com estrondo de muitos tabus que vinham da velha economia, da economia errada que, infelizmente, ainda se projeta em má política e em mau comentário mediático.

George Steiner (a falta que nos faz) costumava lembrar que, quinhentos anos depois de Copérnico, ainda dizemos que o Sol se levante e se põe. Os erros têm uma endurance incrível. De qualquer forma a pandemia parece ter eliminado um par deles para sempre. Assim seja!



A sua Instituição precisa de apoio no âmbito do programa PARES 3.0?

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

Portaria de 19 de Agosto de 2020 | Despacho nº 9952/2020 de 15 de Outubro, do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Se necessita de apoio técnico no âmbito do Programa PARES 3.0, a **Sogenave tem para si um serviço integrado**, para que garanta um projeto bem sucedido.

Sendo a integração e coordenação dos diferentes intervenientes um dos maiores desafios num projecto com a exigência do Programa PARES 3.0, o **departamento de Food Equipment da Sogenave, com largos anos de experiência e um extenso portfólio de projectos executados**, disponibiliza os seguintes serviços:

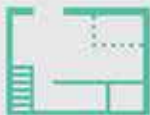
Consultoria



Projetos de Arquitectura



Projetos de Engenharia



Desenvolvimento de Layouts de Cozinhas e Lavandarias



Mobiliário, Decoração e Design

Gestão de obras



Trabalhos de Construção Civil



Fiscalização de obra

Equipamentos Hoteleiros



Venda e Instalação de Equipamentos Hoteleiros

O Programa PARES 3.0 tem como objectivo, aumentar a qualidade e capacidade das respostas nas áreas da infância, pessoas com deficiência e população idosa. São entidades elegíveis as IPSS ou instituições equiparadas. O financiamento público tem como limite 80% (restante poderá ser recursos próprios, financiamentos, autarquias, parcerias). São elegíveis, os projectos que criem novos lugares, obras urgentes, obras de ampliação ou reabilitação. A formalização da candidatura é feita mediante apresentação de Projecto. A presente nota é meramente informativa e não dispensa a consulta da documentação oficial emitida pelo Governo Português sobre o tema.



O banco de jardim

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

AGÊNCIA VALOR T

Para ajudar pessoas com deficiência a encontrarem um trabalho digno

Todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência vão poder procurar emprego através da Valor T, uma nova agência que junta empresas e setor social na procura de um trabalho estável e digno.

A apresentação do projeto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), desenvolvido em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), aconteceu no Dia do Trabalhador e, segundo o provedor da SCML, não é por acaso. “Não é uma coincidência de calendário, é porque queremos de facto dar este grande tom de que qualquer pessoa tem direito, independentemente das suas dificuldades, mas em função das suas capacidades, a desenvolver percursos de trabalho estáveis, [ter um] trabalho digno e no mercado de trabalho regular”, destacou Edmundo Martinho.

A Valor T assume-se como a nova unidade de missão da SCML, funcionando como um centro de emprego exclusivo na procura de ofertas de trabalho para pessoas com deficiência, avaliando as competências e as características de cada candidato para encontrar o trabalho que melhor se lhe adapte.

De acordo com o provedor da SCML, quem esteja interessado em tentar encontrar emprego através da Valor T deve aceder à plataforma (www.valort.scml.pt), preencher os campos que permitem definir o seu perfil, entre competências escolares, profissionais, formações, expectativas em relação ao tipo de trabalho, que limitações tem, e depois aguardar.

“Contactaremos todas as pessoas para perceber se temos todos os elementos que são necessários, se há necessidade de fazer formações adicionais e sobretudo [para] passarmos ao ataque, de dizermos junto das empresas, e em tudo quanto sejam espaços de anúncio de ofertas de trabalho, (...) as candidaturas de pessoas que correspondam às expectativas das entidades empregadoras”, explicou Edmundo Martinho.

O projeto é de âmbito nacional e para todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de deficiência ou limitação que tenham, não sendo necessária a apresentação do atestado médico de incapacidade multiusos.

“Não queremos barreiras nenhuma à entrada, o que não significa dizer que com o decurso do processo não se possa compreender que nem em todas as situações são muito fáceis de encontrar uma solução profissional”, sublinhou.

Acrescentou que a SCML tem tido ofertas de trabalho em que algumas deficiências intelectuais se adequam ao ponto de terem “práticas profissionais excepcionais”, sendo importante, por isso, “adequar aquilo que é a procura de um posto de trabalho àquilo que são as condições que a pessoa tem, as capacidades que tem e as qualificações que tiver.

Edmundo Martinho sublinhou que se trata de um projeto assente em três pilares: as pessoas -- “o mais importante” --, as entidades empregadoras, sejam

empresas, municípios ou outras entidades, e as instituições que, no país, fazem trabalho de acompanhamento, através dos serviços dos centros de emprego ou os centros de recursos das instituições de solidariedade social que apoiam as pessoas com deficiência em todo o território nacional.

Uma tríade que faz o provedor da SCML acreditar que este é um projeto que poderá alcançar bons resultados, uma expectativa partilhada pela secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência.

Ana Sofia Antunes admitiu que este pode ser um primeiro passo na procura de um emprego, salientando que a grande novidade e vantagem está no facto de criar uma ferramenta de âmbito nacional que ajudará a chegar às grandes empresas e por “toda a gente a trabalhar em conjunto”, nomeadamente com os 61 centros de recursos, em vez de “estar a trabalhar cada um por si”.

“A minha expectativa é que consigamos em alguns meses ter um conjunto substancial de inscritos na plataforma e começar a ver situações práticas de colocações a acontecer e acho que quando começarmos a divulgar essas colocações, isto pode ter um efeito de contaminação”, defendeu a secretária de Estado.

Ana Sofia Antunes disse estar “disponível e muito mobilizada” para fazer esta divulgação por todo o lado, nas empresas ou nos centros de recursos, “para que isto comece de facto a mexer”.

A agência Valor T conta já com a participação de 56 entidades, tanto de âmbito nacional, como regional ou local, além das empresas El Corte Inglés, Grupo Jerónimo Martins, Santander Totta, Grupo Sonae, Auchan, Altice e Nova Base.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL